

FLAVIANA P PAIM

PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL

Impactos da Reforma Tributária nos Contratos Administrativos

Capacitação in company sobre os efeitos da transição para o IVA Dual (IBS e CBS) na formação de preços, nas planilhas de custos e no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.

CONTRATANTE

MPF

Ministério Público Federal
Secretaria de Administração

MODALIDADE

Híbrida

16 horas-aula
Turma de até 60

EMIÇÃO

17 de setembro de 2026

Gravataí - RS

PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO IN COMPANY

Proposta Técnica e Comercial

Gravataí/RS, 17 de setembro de 2026.

Ao Ministério Público Federal · Secretaria de Administração

A/c Sra. Diana Capute e Sra. Sthefane

Prezadas,

Agradecemos a oportunidade de apresentar esta proposta técnica e comercial para a realização da capacitação in company “Impactos da Reforma Tributária nos contratos administrativos”, destinada aos servidores do Ministério Público Federal.

A Planilhar Treinamento e Consultoria em Licitações atua na qualificação de agentes públicos e na modernização das contratações da Administração Pública, com foco na correta composição de planilhas de custos, na formação de preços e na gestão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Estruturamos este programa para responder de forma prática e aplicada aos desafios que a transição tributária trará às contratações do MPF.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que forem necessários e para ajustar o escopo, o cronograma e as condições desta proposta às conveniências da Instituição.

01 Objetivo Geral do Programa de Capacitação

Capacitar os servidores do MPF para compreender os fundamentos da Reforma Tributária instituída pela EC nº 132/2023 e regulamentada pela LC nº 214/2025, e para dimensionar seus impactos na formação de preços referenciais, na composição das planilhas de custos de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, na análise de propostas e na manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, habilitando-os à análise técnica dos pedidos de reequilíbrio decorrentes da transição para o IVA Dual.

1.1 Objetivos Específicos (Diretos)

- Capacitar os participantes acerca dos fundamentos constitucionais e legais da Reforma Tributária e seus reflexos nos contratos administrativos.
- Desenvolver competências práticas para análise dos impactos do IBS e da CBS na composição de custos e na formação de preços.
- Apresentar metodologias práticas para avaliação do desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da alteração da carga tributária efetiva suportada.
- Qualificar os participantes para a análise crítica das planilhas de custos utilizadas pela Instituição.

- Demonstrar os impactos da transição tributária no planejamento de novos certames e nos futuros reequilíbrios e repactuações contratuais a partir de 2027.
- Proporcionar experiência prática com a planilha de custos, por meio de simulações aplicadas e estudos de caso voltados à realidade operacional da Administração Pública.

1.2 Objetivos Adicionais

- Capacitar tecnicamente os participantes para atuarem como multiplicadores internos do conhecimento adquirido, disseminando as boas práticas junto às demais equipes da Instituição.

02 Metodologia, Conteúdo e Carga Horária

TÍTULO DA CAPACITAÇÃO

Impactos da Reforma Tributária nos Contratos Administrativos

TIPO DE CURSO	Treinamento in company, modalidade híbrida (turma presencial com transmissão simultânea ao vivo)
Nº DE TURMAS	1 turma, até 60 participantes, sendo 40 participantes presenciais e 20 acompanhando online e ao vivo
PÚBLICO-ALVO	Gestores e fiscais de contratos, agentes de contratação e pregoeiros, equipe de planejamento das contratações e servidores das áreas de administração e orçamento do MPF
CARGA HORÁRIA	16 horas-aula
DATA DE REALIZAÇÃO	15 e 16 de outubro de 2026. Poderá ser solicitado ajuste da data, conforme disponibilidade das partes, sem prejuízo desta proposta técnica e comercial.

OBSERVAÇÃO SOBRE O QUANTITATIVO

O quantitativo de até 60 participantes preserva a qualidade técnica do treinamento, garantindo tempo adequado para interação, esclarecimentos e tratamento das diferentes realidades enfrentadas pelos participantes, sem comprometer o desenvolvimento do conteúdo e o cronograma proposto.

Eventuais variações na distribuição entre participantes presenciais e online não alteram o valor final da proposta, desde que o quantitativo total não ultrapasse o limite de 60 participantes sugerido.

2.1 Apresentação do Curso

A Reforma Tributária promovida pela EC nº 132/2023 e regulamentada pela LC nº 214/2025 inaugura uma das mais profundas transformações estruturais do sistema tributário brasileiro nas últimas décadas.

A grande pergunta que gestores públicos, fiscais de contratos e empresas contratadas precisam responder não é apenas “como ficará o sistema tributário?”. A pergunta estratégica é: como a transição para o IVA Dual impactará os contratos administrativos vigentes e futuros em suas três etapas?

A implementação do IBS e da CBS, aliada ao novo modelo de creditamento financeiro amplo e ao calendário de transição até 2033, produzirá efeitos diretos e indiretos na formação de preços, na composição da planilha de custos e na manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. O curso foi estruturado para oferecer uma análise técnica aprofundada, reunindo:

- os fundamentos constitucionais e legais da reforma;
- a comparação prática entre o sistema atual e o novo modelo;
- simulações de impacto tributário na prestação de serviços;
- os reflexos concretos na planilha de custos;
- uma metodologia estruturada para mensuração de desequilíbrio;
- os fundamentos jurídicos para pedidos de reequilíbrio.

Em um cenário de transformação normativa dessa magnitude, os gestores públicos precisam estar capacitados para a análise dos pedidos que certamente chegarão. É medida de responsabilidade administrativa.

2.2 Conteúdo Programático

01 O que muda para contratos em execução

- ☐ Estrutura constitucional da reforma e regulamentação infraconstitucional
- ☐ Fato gerador e momento de incidência
- ☐ Os pilares da reforma tributária e como eles “conversam” com os contratos administrativos
- ☐ Cronograma de transição: o que muda ano a ano até a implementação total em 2033
- ☐ Contratos assinados sob um sistema tributário e executados em outro: risco de desequilíbrio, sobrepreço ou redução de custos não identificada

02 A nova sistemática do IVA Dual

- ☐ Regimes diferenciados do IVA Dual: segmentos com tratamento privilegiado, alíquota zero, redução de 60% e redução de 30%
- ☐ Regime de Compras Governamentais na Reforma Tributária (aquisições públicas): a quem se aplica; aplicação do redutor de alíquota (metodologia e exceções); fato gerador do IVA Dual; fato gerador de obras públicas; operacionalidade financeira na emissão de documentos fiscais
- ☐ Modalidades de extinção do débito e Split Payment: formas de extinção do débito, mecanismo do pagamento dividido e o impacto na precificação, modalidades de Split Payment
- ☐ Créditos tributários no novo IVA Dual, o coração do novo sistema tributário: funcionamento dos créditos tributários no novo sistema e seu impacto nos contratos administrativos
- ☐ Regimes de tributação das pessoas jurídicas e seus mecanismos em relação ao novo sistema: Simples Nacional (regime tradicional e a possibilidade de opção pelo pagamento do IVA Dual “por fora”), Lucro Presumido e Lucro Real
- ☐ Comparativo prático: como se forma o preço hoje (de bens e serviços) e como se formará no novo modelo
- ☐ Apuração assistida: o novo modelo de constituição de crédito tributário
- ☐ Regras para o setor da construção civil e impacto nas obras públicas

03 Impacto na planilha de custos e formação de preços de serviços

- ☐ Estrutura tradicional da planilha: tributos diretos, tributos indiretos e incidências cumulativas
- ☐ Reorganização da planilha com IBS e CBS ao longo do período de transição
- ☐ Metodologias para definição da alíquota efetiva a ser considerada na formação do preço
- ☐ Readequação da fórmula do BDI

04 Reequilíbrio econômico-financeiro e a metodologia de mensuração

- ☐ Fundamentos jurídicos
- ☐ Os instrumentos jurídicos existentes na legislação brasileira
- ☐ Normatização própria e plano de enfrentamento
- ☐ Criação de matriz de criticidade contratual
- ☐ Aplicação e fatores obrigatórios para cálculo
- ☐ Colisão com matrizes de risco previamente pactuadas
- ☐ Impactos na transição conforme a LC nº 214/2025
- ☐ Orientações específicas: procedimento prioritário e reequilíbrio cautelar
- ☐ Prazos
- ☐ Estrutura técnica do pedido de reequilíbrio
- ☐ Revisão de ofício e controle de legalidade

BÔNUS AOS PARTICIPANTES

Planilhas em Excel com fórmulas adaptadas aos impactos a partir de 2027; sugestão de cláusulas para Edital e Termo de Referência; plano de ação e estrutura mínima para normatização.

2.3 Metodologia Aplicada

A capacitação será desenvolvida mediante metodologia teórico-prática, privilegiando a abordagem aplicada à realidade operacional do ente contratante. Serão utilizados:

- aulas expositivas dialogadas;
- análise crítica de casos concretos;
- simulações de impactos tributários;
- demonstrações práticas de cálculo;
- debates técnicos orientados;
- análise de cenários futuros para os contratos administrativos.

O treinamento possui forte enfoque operacional, especialmente quanto à utilização prática das planilhas de custos e formação de preços e aos impactos concretos que a Reforma Tributária trará às futuras contratações e repactuações contratuais.

03 O Que Está Incluso na Proposta

ALINHAMENTO E CUSTOMIZAÇÃO TÉCNICA

Reunião de briefing prévia à data do curso, para calibrar o conteúdo, os exemplos e os estudos de caso à realidade das contratações do MPF.

MATERIAL DIDÁTICO DIGITAL

Apostila e material complementar disponibilizados em formato digital pela instrutora. Eventuais custos de impressão de material físico, caso desejado, correrão por conta do contratante.

SUPORTE PÓS-TREINAMENTO

Canal digital destinado ao esclarecimento de dúvidas pontuais relacionadas ao conteúdo ministrado.

DIREITOS DE USO E IMAGEM DA GRAVAÇÃO

Cessão dos direitos de uso e imagem da gravação do curso, para utilização pela Instituição pelo prazo de até 12 meses contados do último dia de realização do curso.

BÔNUS AOS PARTICIPANTES

Planilhas em Excel adaptadas aos impactos a partir de 2027, sugestão de cláusulas para Edital e Termo de Referência e plano de ação e estrutura mínima para normatização.

04 Condições para Realização (Modalidade Híbrida)

O curso será realizado em formato híbrido, com uma turma presencial e transmissão simultânea ao vivo para os participantes remotos, totalizando até 60 pessoas (40 presenciais e 20 online).

LOCAL E INFRAESTRUTURA PRESENCIAL

O curso será realizado na sala da Escola Superior do MPF ou em outro espaço que o contratante venha a disponibilizar, desde que dotado da estrutura necessária à transmissão ao vivo. Caberá ao contratante prover sala ou auditório compatível com o número de participantes presenciais (até 40 pessoas), projetor multimídia, sistema de áudio e microfone, acesso à internet e a lista de presença. O local e as condições necessárias para a transmissão ao vivo ficam integralmente por conta do contratante.

TRANSMISSÃO AO VIVO

A estrutura de transmissão simultânea ao vivo para os até 20 participantes remotos, incluindo plataforma, equipamentos, conectividade e operação, ficará a cargo do contratante. A instrutora fornecerá o conteúdo e conduzirá a aula de modo a atender simultaneamente aos públicos presencial e remoto.

CAPTAÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGEM

A captação e a edição das imagens da gravação do curso ficarão por conta do contratante. A Planilhar cede os direitos de uso e imagem da gravação, pelo prazo de até 12 meses, nos termos da Seção 03.

MATERIAL DIDÁTICO

A instrutora disponibilizará a apostila e o material complementar em formato digital. Eventuais custos de impressão de material físico, caso desejado pela Instituição, correrão por conta do contratante.

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

Por tratar-se de curso híbrido, o controle de frequência e a emissão dos certificados de conclusão ficarão por conta do Contratante.

BRIEFING

Recomenda-se reunião de alinhamento entre a instrutora e a equipe do MPF antes da data do curso, para calibrar exemplos e estudos de caso à realidade das contratações da Instituição.

05 Valor do Investimento e Condições Econômicas

O investimento é composto por dois itens independentes:

ITEM 1 · SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Curso in company de 16 horas-aula, modalidade híbrida. Valor já contempla o deslocamento, a hospedagem e a alimentação da instrutora, por conta da contratada. **R\$ 32.000,00**

ITEM 2 · DIREITOS DE IMAGEM

Licenciamento e cessão de direitos de uso e imagem da gravação do curso, pelo prazo de até 12 meses. **R\$ 17.500,00**

VALOR GLOBAL DO INVESTIMENTO

R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)

Composição: Item 1 (Serviços Educacionais) R\$ 32.000,00 + Item 2 (Direitos de Imagem, 12 meses) R\$ 17.500,00.

NOTA DE COMPOSIÇÃO

Considerando isoladamente a prestação de serviços educacionais (R\$ 32.000,00), o valor equivale a R\$ 2.000,00 por hora-aula ($32.000 \div 16$). Eventuais variações na distribuição entre participantes presenciais e online não alteram o valor global desta proposta, desde que o quantitativo total não ultrapasse o limite de 60 participantes sugerido.

06 Mini Currículo Profissional da Instrutora



Flaviana Vieira Paim

Contadora e advogada, sócia da Paim e Furquim Contabilidade, com sede em Gravataí/RS. Membro fundadora do INCP, Instituto Nacional da Contratação Pública. Instrutora, palestrante e consultora na área de licitações e contratos, com foco em terceirização de serviços na Administração Pública. Participou de projetos de consultoria para modernização de contratações de serviços terceirizados em estatais, administrações diretas e indiretas e instituições integrantes do Sistema S, atuando tanto no planejamento (planilhas, IMR, Termos de Referência e redação contratual) quanto na execução (gestão e fiscalização contratual). Professora na pós-graduação em Licitações e Contratos da CERS e da Católica SC, Centro Universitário. Autora de artigos na área de terceirização, coautora da obra “Instrução Normativa 05/17-MPDG, Comentários a artigos e anexos” (Ingep Editora, 2017) e coordenadora do livro “Terceirização na Administração Pública: Boas Práticas e atualização à luz da Nova Lei de Licitações” (Fórum, 2021).

07 Forma e Condições de Pagamento

O pagamento deverá ser efetuado mediante depósito em conta corrente da contratada, em até 15 dias corridos contados do envio da respectiva nota fiscal. Para efeito de cadastramento, informamos os dados da empresa proponente:

DADOS CADASTRAIS E BANCÁRIOS

PLANILHAR TREINAMENTO E CONSULTORIA EM LICITAÇÕES LTDA

Rua Citrino, 47, Alphaville, Gravataí/RS, CEP 94.155-436
CNPJ: 63.533.819/0001-34 · Inscrição Municipal (Gravataí): 95579
Banco do Brasil, Agência 4337-0, Conta Corrente 42.786-1
PIX CNPJ: 63.533.819/0001-34

RETENÇÃO DE INSS

Não haverá retenção de INSS, por tratar-se de serviço eventual, relacionado à profissão regulamentada e prestado exclusivamente por sócia da prestadora.

08 Validade da Proposta

A presente proposta é válida por **90 dias corridos**, contados a partir da data de sua emissão.

Agradecemos a confiança e reafirmamos o compromisso da Planilhar com a qualidade técnica e a aplicação prática do conteúdo às necessidades do Ministério Público Federal. Permanecemos à disposição para os esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários.

Gravataí/RS, 17 de setembro de 2026.

Flaviana Paim

PLANILHAR TREINAMENTO E CONSULTORIA EM LICITAÇÕES LTDA

CNPJ nº 63.533.819/0001-34 · CPF 762.881.880-34



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00406363/2026 PROPOSTA**

.....
Signatário(a): **STHEFANE GONCALVES PAEZ**

Data e Hora: **30/09/2026 13:35:57**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 160f51cd.c10363fc.572741c3.fb2175a1